

O lugar da educação dos bebês e crianças bem pequenas nas discussões étnico-raciais: um panorama das pesquisas da ANPed (2001–2017)

Resumo

O presente artigo delimita-se nas discussões acerca da especificidade da Educação Infantil como espaço de cuidado e educação de qualidade, destinado aos bebês e crianças pequenas, indo ao encontro do entendimento desta etapa educacional como um campo singular e diferenciado da educação básica. Tendo como foco o segmento creche (0 a 3 anos), neste trabalho objetivou-se possibilitar algumas discussões que conectem a Educação Infantil e a educação das relações étnico-raciais, assumindo o papel determinante de ambas para a construção de uma sociedade mais justa, bem como para a superação das diferentes formas de racismo e preconceito que ainda se fazem presentes na sociedade brasileira. Para tal, foi realizado amplo levantamento das pesquisas que constam nos anais das reuniões nacionais da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), buscando identificar a visibilidade ou não dada às crianças de até 3 anos nessas discussões. Os dados revelam a complexa realidade na qual os bebês e crianças bem pequenas – assim como suas professoras e o cotidiano por eles vivenciados na Educação Infantil – se encontram, permanecendo à margem das discussões sobre o tema. Permitem inferir, também, a necessidade de pesquisas que tenham como foco esse contexto e assumam os bebês e crianças bem pequenas como sujeitos de direitos e de voz, possibilitando a ampliação de conhecimentos sobre o modo como as crianças dessa faixa etária, brancas e negras, têm construído suas identidades étnico-raciais e qual o papel da Educação Infantil neste sentido.

Palavras-chave: educação infantil; creche 0 a 3 anos; relações étnico-raciais.

Raiza Fernandes Bessa de Oliveira

Universidade Federal de São Carlos
– UFSCar – São Carlos/SP – Brasil
Università degli Studi Roma Tre –
Uniroma 3 – Itália
raizafbessa@gmail.com

Para citar este artigo:

OLIVEIRA, Raiza Fernandes Bessa de. O lugar da educação dos bebês e crianças bem pequenas nas discussões étnico-raciais: um panorama das pesquisas da ANPed (2001–2017). *Revista Linhas*. Florianópolis, v. 23, n. 53, p. 311-332, set./dez. 2022.

DOI: 10.5965/1984723823532022311

<http://dx.doi.org/10.5965/1984723823532022311>



The place of education of baby and very young children in ethnic-racial discussions: a panorama of ANPed research (2001-2017)

Abstract

This article delimits the discussions about the specificity of Early Childhood Education, as a space of care and quality education, aimed at babies and young children, meeting the understanding of this educational stage as a unique and differentiated field of basic education. Focusing on the day care segment (0 to 3 years old), this work aimed to enable some discussions that connect Early Childhood Education and the education of ethnic-racial relations, assuming the determining role of both for the construction of a more just society, as well as to overcome the different forms of racism and prejudice that are still present in Brazilian society. To this end, a broad survey of the researches that are included in the annals of the national meetings of the Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) was carried out, seeking to identify the visibility or not given to children up to 3 years old in these discussions. The data reveal the complex reality in which babies and very young children – as well as their teachers and the daily life experienced by both in Early Childhood Education – find themselves, remaining on the margins of discussions on the topic. They also make it possible to infer about the need for research that focuses on this context and assumes babies and very young children as subjects of rights and voice, allowing the expansion of knowledge about the way in which children of this age group, white and black, have built their ethnic-racial identities and what is the role of early childhood education in this regard.

Keywords: child education; nursery 0 to 3 years; ethnic-racial relations.

El lugar de la educación de los bebés y niños bien pequeños en las discusiones étnico-raciales: un panorama de las pesquisas de la ANPed (2001-2017)

Resumen

El presente artículo se delimita en las discusiones acerca de la especificidad de la Educación Infantil como espacio de cuidado y educación de calidad, destinado a los bebés y niños pequeños, yendo al encuentro del entendimiento de esta etapa educacional como un campo singular y diferenciado de la educación básica. Teniendo como foco el segmento guardería (0 a 3 años), en este trabajo, se objetivó posibilitar algunas discusiones que conecten la Educación Infantil y la educación de las relaciones étnico-raciales, asumiendo el papel determinante de ambas para la construcción de una sociedad más justa, bien como para la superación de las diferentes formas de racismo y preconcepción que aún se hacen presentes en la sociedad brasileña. Para tal, fue realizado amplio levantamiento de las pesquisas que constan en los anales de las reuniones nacionales de la Asociación Nacional de Posgraduación y Pesquisa en Educación (ANPEd), buscando identificar la visibilidad o no dada a los niños de hasta 3 años en esas discusiones. Los datos revelan la compleja realidad en la cual los bebés y niños bien pequeños - bien como sus maestras y el cotidiano por ellos vividos en la Educación Infantil - se encuentran, permaneciendo al margen de las discusiones sobre el tema. Permiten inferir, también, la necesidad de pesquisas que tengan como foco ese contexto y asuman los bebés y niños bien pequeños como sujetos de derechos y de voz, posibilitando la ampliación de conocimientos sobre el modo como los niños de esa banda etaria, blancas y negras, tienen construido sus identidades étnico-raciales y cual el papel de la Educación Infantil en este sentido.

Palabras-clave: educación infantil; guardería 0 a 3 años; relaciones étnico-raciales.

Introdução

A Educação Infantil é o primeiro espaço formal e coletivo de educação e cuidado com bebês e crianças pequenas, assumido como direito da criança na Constituição de 1988 (BRASIL, 1988) e como primeira e importante etapa da Educação Básica Nacional em 1996 pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996). Tem sua história marcada pela luta de movimentos sociais, especialmente os feministas, que buscavam garantir os direitos das crianças de 0 a 6 anos de idade à educação e cuidado de qualidade (FINCO; GOBBI; FARIA, 2015; KUHLMANN JR., 2000). Embora a educação dos bebês e crianças bem pequenas¹ (crianças de 0 a 3 anos) venha ganhando espaço nas discussões educacionais e de políticas públicas, essa é uma etapa que ainda sofre devido às suas marcas assistencialistas e de pouca valorização social.

A reconfiguração do papel da escola de Educação Infantil ainda se mostra um grande desafio, tanto no que diz respeito à garantia de atendimento às crianças e suas famílias, como em relação à qualidade das práticas desenvolvidas nas instituições e à formação dos profissionais que atuam nesse segmento. Assim, “[...] entre lutas, conquistas e desafios, muitas outras questões ainda precisam ser enfrentadas para que a oferta de educação infantil seja efetivada com qualidade e justiça de condições para todas as crianças brasileiras” (REIS; OSTETTO, 2018, p. 3).

Nesse sentido, os estudos que têm como foco a educação dos bebês e crianças pequenas permitem a reflexão acerca desse cenário complexo e cada vez mais assumido como essencial para a formação humana. Apesar do aparente consenso em relação à importância da educação da Primeiríssima Infância² e, conseqüentemente, dos estudos e pesquisas que a tenham como foco, muitos aspectos ainda carecem de investimentos e de pesquisas. Dentre eles, encontram-se as temáticas das relações étnico-raciais e da diversidade, primordiais para a formação humana e para a construção da identidade individual e coletiva dos bebês e crianças bem pequenas nas instituições infantis.

¹ Nomenclatura adotada pelo documento Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017), que compreende bebês como crianças de 0 a 18 meses de idade e crianças bem pequenas como crianças entre 19 meses e 3 anos e 11 meses de idade.

² Nomenclatura adotada pela Fundação Maria Cecília Souto Vidigal (PELIZON, 2014), que compreende a Primeiríssima Infância como a fase do nascimento aos 3 anos de idade.

Assim, este trabalho tem como objetivo possibilitar algumas discussões que conectem a Educação Infantil e a Educação das Relações Étnico-raciais, assumindo o papel determinante de ambas para a construção de uma sociedade mais justa, bem como para a superação das diferentes formas de racismo e preconceito que ainda se fazem presentes na sociedade brasileira. Para tal, foi realizado um levantamento das pesquisas que discutem essa temática, buscando refletir sobre a visibilidade – ou invisibilidade – dos bebês e crianças bem pequenas diante da produção científica no âmbito das Reuniões Nacionais da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd).

Educação Infantil e a construção da identidade dos bebês e crianças bem pequenas

É fato que as vivências e experiências às quais os bebês e crianças bem pequenas têm acesso em seus primeiros anos de vida constituem-se como essenciais para a sua formação, aprendizagem e desenvolvimento. Entretanto, conceber de forma diferenciada a educação e o cuidado das crianças de 0 a 3 anos ainda se mostra um desafio, visto que esse é um segmento que, ao longo das últimas décadas, tem passado por intensa reconstrução. Entretanto, apesar do crescimento deste tipo de investigação, as temáticas concernentes aos bebês e crianças bem pequenas ainda permanecem às margens das pesquisas educacionais e das políticas públicas brasileiras.

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2010), a criança de 0 a 5 anos é deve ser entendida como

Sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura. (BRASIL, 2010, p. 12)

Assim sendo, é função das instituições de Educação Infantil promover práticas de educação e cuidado que respeitem as crianças em suas “diferentes culturas, identidades e singularidades [...]” (BRASIL, 2010, p. 16). Desse modo, não é possível falar de identidade pessoal e coletiva, que tem seu cerne nas vivências e experiências oportunizadas às

crianças em seus primeiros anos de vida, sem evidenciar as questões de raça, etnia e diversidade, ou seja, sem discutir as relações étnico-raciais. Como indicado nas Diretrizes, as propostas curriculares nessa etapa da educação básica devem contemplar “o reconhecimento, a valorização, o respeito e a interação das crianças com as histórias e as culturas africanas, afro-brasileiras, bem como o combate ao racismo e à discriminação” (BRASIL, 2010, p. 21).

Assim como a própria Educação Infantil, a abertura às discussões sobre a temática étnico-racial foi um espaço conquistado no cenário brasileiro após muitas lutas e reivindicações do movimento negro, que em 2003 reverberou na promulgação da Lei 10.639 (BRASIL, 2003), alterando a LDB de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial das redes de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. Certamente, esse ato representou um marco e uma conquista histórica para um país racista e preconceituoso, no qual – diariamente – o povo negro sofre as inúmeras consequências de séculos de escravidão e racismo.

A referida lei permitiu que fossem elaboradas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira (BRASIL, 2004), documento que tem como objetivo subsidiar a construção de currículos que contemplem essas temáticas, bem como fornecer elementos para que os professores desenvolvam práticas promotoras de valorização da cultura negra, de igualdade racial e de combate a toda e qualquer forma de discriminação e racismo.

Após a promulgação da Constituição de 1988, o Brasil busca efetivar a condição de um Estado democrático de direito com ênfase na cidadania e na dignidade da pessoa humana, contudo, ainda possui uma realidade marcada por posturas subjetivas e objetivas de preconceito, racismo e discriminação aos afro-descendentes, que, historicamente, enfrentam dificuldades para o acesso e a permanência nas escolas.

A educação constitui-se um dos principais ativos e mecanismos de transformação de um povo e é papel da escola, de forma democrática e comprometida com a promoção do ser humano na sua integralidade, estimular a formação de valores, hábitos e comportamentos que respeitem as diferenças e as características próprias de grupos e minorias. Assim, a educação é essencial no processo de formação de qualquer sociedade e abre caminhos para a ampliação da cidadania de um povo. (BRASIL, 2004, p. 7)

A educação das relações étnico-raciais – na qual a Educação Infantil tem papel essencial de transformação ou de manutenção das desigualdades e preconceitos – revela-se como um tenso e complexo cenário da relação humana, campo fértil para a formação de pessoas mais éticas, críticas e capazes de respeitar a diversidade que compõe a sociedade, valorizando seus diferentes aspectos e características.

Surgem, nessa seara, algumas questões determinantes: será que a educação dos bebês e crianças bem pequenas tem considerado a questão das relações étnico-raciais? Como se dão as questões de racismo, preconceito e o combate a eles nas instituições de cuidado e educação das crianças de 0 a 3 anos? A Educação Infantil tem se caracterizado como um espaço de superação do racismo e do preconceito, possibilitando uma construção identitária positiva por parte dos bebês e crianças negras?

Com essa preocupação, e buscando romper com a ideia romantizada de que o racismo presente na sociedade brasileira não se faz realidade entre bebês, crianças pequenas e seus professores, em 2012, o Ministério da Educação, em parceria com Universidade Federal de São Carlos, por meio do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros, do Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdade e do Instituto Avisa Lá, publicou o documento “Educação Infantil e práticas promotoras de igualdade racial” (SILVA JÚNIOR; BENTO; CARVALHO, 2012). O documento traz discussões que unem essa temática às especificidades do trabalho com os bebês e crianças pequenas e reitera que

Os estudos de mestrado e de doutorado que tratam das relações raciais na faixa de 0 a 6 anos apontam que há muitas situações de discriminação que envolvem crianças, professores, profissionais de educação e famílias. Isso é prova de que a concepção de que na Educação Infantil não há problemas raciais é uma falácia. Portanto, temos que fazer uma intervenção nessa etapa da educação básica, pois esta é uma fase fundamental para a construção da identidade de todas as crianças. Os estudos referidos apresentam situações em que aquelas que são negras estão em desvantagem, pois são as que mais vivenciam situações desagradáveis em relação às suas características físicas. Por outro lado, as crianças brancas recebem fortes informações de valorização de seu fenótipo. Nesse período, elas se conscientizam das diferenças físicas (o fenótipo) relacionadas ao pertencimento racial – “Por que o meu cabelo é assim? Por que a cor da minha pele é de um jeito e a da minha amiga é de outro?”. Se uma criança negra se sente bem com o seu corpo, seu rosto e seus cabelos, e uma criança branca também se sente bem consigo mesma, pode haver respeito e aceitação entre elas. Essa é a

importância do trabalho com a promoção da igualdade racial nesta etapa. (SILVA JÚNIOR; BENTO; CARVALHO, 2012, p. 9)

Não há dúvida “quanto ao fato de que a previsão normativa de que a Educação Infantil torne-se um ambiente de aprendizado de valorização da diversidade racial é condição básica para a construção de uma política educacional igualitária e pluralista” (BRASIL, 2012, p. 11). Entretanto, sendo a Educação Infantil uma etapa da educação ainda em constante construção e re(construção), somam-se outros desafios para além daqueles já evidentes para a realização de um trabalho efetivo sobre a educação das relações étnico-raciais nas escolas. Ao mesmo passo, se assume a responsabilidade da Educação Infantil na garantia dos direitos das crianças à educação e cuidados igualitários e justos.

A especificidade do trabalho educativo para crianças de 0 a 5 anos está na busca do desenvolvimento integral que se faz de modo intencionalmente planejado. Para que todas as crianças tenham acesso aos diferentes conhecimentos que advêm do processo educativo, na variedade de experiências com objetos, materiais e espaço, e na interação com pessoas que as cercam. No entanto, a constatação da discriminação e do preconceito racial ainda existente na sociedade brasileira tem onerado as crianças negras impossibilitando-lhes ocupar-se tão somente dessas experiências de forma produtiva e integral. Para elas, o contato cotidiano com a rejeição à sua aparência e a desvalorização de suas heranças culturais causam impacto no seu pleno desenvolvimento, e muitas vezes as tornam presas a um “pessimismo racial” [...]. (SILVA JÚNIOR; BENTO; CARVALHO, 2012, p. 14)

Já foi dito que, em geral, a educação das crianças de até 5 anos e as discussões que a permeiam permanecem às margens da produção científica e das políticas públicas. Assim, ao se considerar apenas os bebês e crianças bem pequenas (0 a 3 anos, segmento creche), a situação torna-se ainda mais grave, visto que são muitas vezes ficam marginalizados, mesmo nas discussões na área da Educação Infantil. Não obstante, uma das questões mais urgentes se traduz na ruptura com invisibilidade dos bebês e de suas professoras (GOBBATO; BARBOSA, 2017), bem como das práticas que compõem o cotidiano das instituições que atendem as crianças de até 3 anos.

Essa invisibilidade pode ser observada nos cursos de formação de professores, nas propostas curriculares e também nas políticas educacionais, pois “trata-se de uma dupla

invisibilidade: macroestrutural, nas políticas públicas e educacionais, e micro, nas pedagogias da Educação Infantil” (GABBATO; BARBOSA, 2017, p. 32). Romper com a invisibilidade dos bebês e crianças bem pequenas nas diferentes instâncias – sociais, políticas, educacionais – faz-se imprescindível para a construção de uma escola capaz de oferecer práticas de cuidado e educação adequadas, qualificadas e promotoras de igualdade racial e de valorização da diversidade.

Educação Infantil e as questões étnico-raciais: o que dizem as pesquisas?

Para a realização desta pesquisa, que se caracteriza como bibliográfica, foi feito um levantamento da produção científica, objetivando desenhar um estado de conhecimento das produções sobre o tema que considerem as questões étnico-raciais no contexto da Educação Infantil e, mais especificamente, da educação dos bebês e crianças bem pequenas. Para tal, utilizaram-se as ideias de Salvador (1986), que identifica fases de leitura diferenciadas para cada momento da pesquisa, sendo elas: 1. Leitura de reconhecimento ou prévia; 2. Leitura exploratória ou pré-leitura; 3. Leitura seletiva; 4. Leitura reflexiva ou crítica e 5. Leitura interpretativa.

Para mapeamento e seleção das produções científicas que tratam da temática, utilizaram-se as três fases iniciais de leitura propostas por Salvador (1986), ou seja, de reconhecimento ou prévia, leitura exploratória ou pré-leitura e leitura seletiva. Por meio das fases finais de leitura, reflexiva ou crítica e interpretativa, foi possível identificar de maneira mais aprofundada as discussões trazidas pelos trabalhos já selecionados, de modo a compreender se os bebês e crianças bem pequenas estavam neles contemplados.

Buscando evidenciar qual a visibilidade que os bebês e crianças bem pequenas (0 a 3 anos) possuem nas pesquisas que têm como foco a educação das relações étnico-raciais, foi feito um levantamento dos trabalhos apresentados nas reuniões nacionais da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd)³. A ANPEd é uma das mais renomadas instituições científicas do Brasil, sendo uma entidade sem fins lucrativos que congrega programas de pós-graduação *Stricto Sensu* em educação,

³ Acesso via: <https://anped.org.br/>

professores e estudantes vinculados a programas e demais pesquisadores da área e tem como finalidade o desenvolvimento da ciência, da educação e da cultura, dentro dos princípios da participação democrática, da liberdade e da justiça social (ANPED, 2020).

A Associação tem suas produções organizadas em 23 grupos de trabalho (GT), abarcando diferentes temáticas, que objetivam aprofundar o debate sobre as interfaces da educação. Para a realização desta pesquisa, o levantamento dos trabalhos deu-se a partir das reuniões nacionais, por meio do recorte e da análise dos trabalhos referentes ao Grupo de Trabalho 07 (GT 07) intitulado “Educação de Crianças de 0 a 6 anos” e do Grupo de Trabalho 21 (GT 21), intitulado “Educação e Relações Étnico-Raciais”, entendendo que em ambos os GT poderiam constar trabalhos que discutem a temática da Educação Infantil relacionada às questões étnico-raciais.

O Grupo de Trabalho 21 foi criado oficialmente na 24ª Reunião Anual da Associação, em 2001, na gestão da professora Nilda Alves. [...] O atual GT 21 foi criado vinte e seis anos após a fundação da ANPED, como Grupo de Estudos 21 (GE 21), então denominado Relações Raciais/Étnicas e Educação. Dois anos após sua criação, passou à categoria de Grupo de Trabalho (GT), recebendo duas novas denominações: Afro-Brasileiros e Educação e Educação e Relações Étnico-Raciais, sendo que esta última predomina até hoje. Tais mudanças expressam um movimento interno de interpretações de ordem política e epistemológica entre os integrantes do GT, bem como a intenção de ampliar a sua abrangência para o recebimento de trabalhos que abordem a temática indígena, algo que esteve presente na origem da proposta do referido GT. (ANPED, 2020)

Assim, entende-se que a busca por pesquisas que tratam da relação entre Educação Infantil e as questões étnico-raciais deveria ser realizada em ambos os GT, buscando evidenciar a produção científica que compartilha desse objetivo. A seleção das produções científicas da ANPED deu-se por meio da leitura dos títulos e, caso a temática não ficasse evidente para a seleção somente com a leitura dos títulos, passava-se à leitura também dos resumos, buscando identificar se o trabalho versava ou não sobre a temática ora objetivada: a educação infantil e as relações étnico-raciais. Nas pesquisas selecionadas, foi realizada a leitura do texto na íntegra, identificando qual a visibilidade dos bebês e crianças bem pequenas em cada pesquisa.

No que diz respeito às reuniões nacionais, recorte deste trabalho, cabe citar que de 1978 a 2013, as reuniões foram anuais e, a partir de 2013, passaram a acontecer bianualmente. A pesquisa foi realizada na categoria de apresentação das produções científicas: Trabalhos. O recorte temporal deu-se partindo da data de criação do GT 21, ou seja, a busca foi realizada a partir das reuniões nacionais do ano de 2001 até o ano de 2017, somando-se ao todo 15 reuniões nacionais. Partindo desse recorte, buscou-se depreender a visibilidade das crianças de 0 a 3 anos nessas pesquisas.

Os dados coletados por meio do levantamento evidenciam que a partir da criação do GT 21, nos três primeiros anos (24ª Reunião - 2001; 25ª Reunião - 2002; e 26ª Reunião - 2003), não foi publicada nenhuma pesquisa que tecesse relação entre as questões étnico-raciais e a Educação Infantil. Já em 2004, logo após a promulgação da Lei 10.639/2003 e ano de publicação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, dois trabalhos sobre o tema foram apresentados, ambos no GT 07 - Educação de Crianças de 0 a 6 anos, sendo eles: “As interações sociais e a formação da identidade da criança Negra” (SILVA, 2004) e “Bonecas: objeto de conflito identitário na arena da dominação cultural” (VASCONCELOS, 2004).

O primeiro trabalho (SILVA, 2004) traz os conceitos de raça, etnia, racismo, preconceito e discriminação racial; discute também os estereótipos racistas e a construção da identidade estigmatizada. Em seguida, a autora convida, com base na “psicologia da infância, para uma reflexão sobre a problemática do racismo”, partindo do processo de “internalização das práticas sociais que emergem das interações vivenciadas pelas crianças na sociedade, em especial as negras, sobretudo no ambiente escolar” (SILVA, 2004, p. 10). Por fim, o texto trata da construção da identidade da criança negra e o processo educativo, enquanto processo social. Esse trabalho não cita os termos “bebês” ou “crianças bem pequenas”, entretanto, discute questões importantes sobre o desenvolvimento e a construção da identidade dos indivíduos, trabalhando com o termo “criança”, de forma mais geral, sem especificação de faixa etária.

Já a pesquisa de Vasconcelos (2004, p. 1) reflete, a partir de práticas lúdicas, sobre o “processo de constituição da criança no cenário da cultura contemporânea”, trazendo a discussão histórica sobre o conceito de infância e a visibilidade social da criança. O texto

também discute o brincar, o brinquedo e a cultura lúdica, trazendo à tona as bonecas, como “arena” e “lugar de conflito”, uma vez que são “projeções de representações do adulto” e por ele construídos (VASCONCELOS, 2004, p. 4). A autora defende a ideia de que os brinquedos são “produtos culturalmente marcados pela diferenciação de gênero e classe”, além de evidenciar as bonecas – em sua grande maioria brancas – como um instrumento de dominação cultural (*ibidem*, p. 5). É por esse caminho que a autora discute as questões de raça, etnia, cultura, identidade e diversidade, problematizando a construção da autoimagem de crianças negras e brancas. Assim como no texto anterior, o trabalho não trata dos bebês e crianças bem pequenas, discutindo essas temáticas por meio do termo “criança”, sem especificar a faixa etária.

Nas reuniões seguintes (28ª Reunião - 2005; 29ª Reunião - 2006; 30ª Reunião - 2007; 31ª Reunião - 2008; e 32ª Reunião - 2009), não foram encontradas pesquisas que articulassem a temática da Educação Infantil às questões de étnico-raciais e de diversidade. Sobre a 33ª Reunião, realizada em 2010, não foi possível acessar os trabalhos, visto que a página estava indisponível no período de coleta de dados.

Apenas em 2011, na 34ª Reunião – sete anos depois das primeiras pesquisas selecionadas – foi encontrada uma pesquisa sobre o tema no GT 21 - Educação e Relações Étnico-Raciais, intitulada: “Identidades e diversidade no cotidiano escolar: o lugar afro-brasileiro” (LIMA, 2011). Entretanto, o texto não estava disponível na íntegra, tendo sido realizada a leitura apenas do resumo, que apresenta a pesquisa como uma análise dos “discursos e práticas de professoras de duas escolas públicas de educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental” sobre “expressões e repertórios identitários étnico-raciais afro-brasileiros e suas abordagens no cotidiano das escolas” (LIMA, 2011, p. 1). Não foi possível confirmar se os bebês e crianças bem pequenas foram visibilizados no contexto da pesquisa, embora seja possível inferir que não, uma vez que não há menção destes termos no resumo da pesquisa.

Já na 35ª Reunião, realizada em 2012, foram selecionadas duas pesquisas, ambas no GT 21: “Considerações sobre a (não) implementação da Lei 10.639/03 em escolas públicas do município do Rio de Janeiro” (SOUZA, 2012) e “Educação para as relações étnico-raciais e a formação de professores: as experiências de intervenção no Mato Grosso do Sul” (MARQUES; BOLSON; MORAES, 2012). O primeiro trabalho refere-se a

uma pesquisa-ação, realizada com crianças e professores da Educação Infantil e Ensino Fundamental no município do Rio de Janeiro e buscou trazer subsídios para a implementação da Lei 10.639/03. Nesse trabalho, não aparecem os termos “bebês” ou “crianças bem pequenas”, sendo boa parte das discussões em torno dos professores e alunos do Ensino Fundamental.

A segunda pesquisa (MARQUES; BOLSON; MORAES, 2012) discute experiências de processos de formação de professores sobre a temática da educação para as relações étnico-raciais e a implementação da Lei 10.639/2003, realizadas na cidade de Dourados e Campo Grande, no Mato Grosso do Sul. Embora sejam citados na pesquisa, os professores de Educação Infantil, assim como nos trabalhos anteriores, não aparecem os termos “bebês” ou “crianças bem pequenas” e nem discussões que digam respeito à especificidade desse contexto.

Já em 2013, na 36ª Reunião Nacional da ANPEd, foram selecionados dois trabalhos, ambos no GT 21: “O que já disseram a respeito da diversidade étnico-racial no programa nacional de biblioteca da escola (PNBE)? Um estudo em andamento” (ARAÚJO, 2013) e “Relações étnico-raciais e educação infantil: ouvindo crianças e adultos” (SOARES; SILVA, 2013). A primeira pesquisa discute o Programa Nacional de Biblioteca da Escola (PNBE), sendo este “o maior programa de distribuição gratuita de livros de literatura para as escolas públicas brasileiras” (ARAÚJO, 2013, p. 13), visando depreender a composição do acervo no que se refere à presença/ausência da diversidade étnico-racial. Embora os termos “bebês” e “crianças bem pequenas” não apareçam, o texto faz referência à Educação Infantil no levantamento e discussão dos dados referentes à quantidade de livros adquiridos pelo programa e às temáticas presentes no acervo.

O segundo trabalho teve como objetivo o diálogo entre o campo das relações étnico-raciais e a educação infantil, por meio da investigação de “práticas educativas engendradas com as crianças entre zero e seis anos de idade no contexto da educação infantil de uma escola pública” (SOARES; SILVA, 2013, p. 1). Os dados foram coletados por meio das falas/narrativas das crianças e adultos, de observações e de documentos, evidenciando que no contexto pesquisado “predomina um discurso de igualdade que tende a contribuir para a invisibilidade da diversidade presente”, sendo que isso se dá por

meio das práticas docentes, relações sociais, recursos visuais, de comunicação etc., aos quais as crianças têm acesso (SOARES; SILVA, 2013, p. 3).

Essa pesquisa traz à tona a discussão de como as crianças, desde a Educação Infantil, estão expostas a situações em que vivenciam o racismo e o preconceito. Embora tenha sido realizada em uma instituição que atende crianças de 0 a 6 anos, assim como nos trabalhos anteriores, não aparecem os termos “bebês” ou “crianças bem pequenas”, especificamente, sendo que as narrativas das crianças parecem dizer respeito às crianças maiores, uma vez que não há explicitação das faixas etárias.

Na 37ª reunião, realizada em 2015, foram selecionadas cinco pesquisas, três delas no GT 07: “Dimensão étnico-racial na educação infantil: um olhar sobre a perspectiva das crianças” (GAUDIO, 2015); “Considerações acerca da discriminação étnico-racial em crianças pequenas” (CRUZ, 2015); e “Infância pequena e a construção da identidade Étnico-racial na educação infantil” (AMARAL, 2015). A primeira investigou as “relações sociais quanto às diferenças étnico-raciais numa instituição de Educação Infantil pública”, tendo como sujeitos da pesquisa 12 meninos e 12 meninas de 4 e 5 anos de idade. Observou-se que nas “brincadeiras, ações e diálogos as crianças demonstravam suas concepções acerca da categoria étnico-racial, reproduzindo de modo próprio muitos dos preconceitos e estereótipos existentes no contexto social em que vivenciam” (GAUDIO, 2015, p. 13). Essa investigação teve como foco as crianças pequenas (4 e 5 anos), não sendo citados os bebês e as crianças bem pequenas (0 a 3 anos).

Em “Considerações acerca da discriminação étnico-racial em crianças pequenas” (CRUZ, 2015), discute-se como crianças de três anos percebem as diferenças físicas decorrentes da pertença étnico-racial e lidam com a discriminação étnico-racial no contexto da Educação Infantil. De acordo com o levantamento realizado, essa é a primeira pesquisa que trata, especificamente, das crianças bem pequenas (de até 3 anos de idade). A pesquisa se deu por meio de observação dos pesquisadores e da escuta de grupos infantis formados por quatro crianças (duas meninas e dois meninos), com a utilização de duas estratégias: um conjunto de quatro grandes pranchas e duas histórias a serem completadas pelas crianças. Ao final, a autora conclui que as crianças mostraram-se pouco sensíveis às diferenças étnico-raciais apresentadas, embora aponte que

aproximações trazidas devem ganhar continuidade em novos trabalhos que ampliem a compreensão acerca do tema em foco (CRUZ, 2015, p. 14).

O terceiro trabalho, “Infância pequena e a construção da identidade Étnico-racial na educação infantil” (AMARAL, 2015), teve como objetivo analisar a implementação de políticas públicas educacionais baseadas no artigo 26A da LDB em uma instituição de Educação Infantil pública. Foram sujeitos da pesquisa crianças e professores, e a coleta de dados deu-se por meio da observação. O levantamento traz relatos e cenas, com falas e narrativas das crianças e professores, de turmas de bebês, crianças bem pequenas e pequenas, traz também o subtítulo “a construção de uma autoestima elevada desde os bebês”, sendo a primeira dentre as selecionadas a citar o termo “bebês”.

[...] as crianças desde o nascimento encontram-se imersas em um mundo repleto de significados, e por meio do contexto vivenciado, constituído por adultos (familiares ou não), recebem informações que contribuem para a formação de sua identidade, e por consequência, a aceitação ou rejeição das características identitárias. Assim, o modo como a família e a instituição educativa se posicionam frente à educação das relações étnico-raciais pode interferir positiva ou negativamente na constituição da identidade da criança pequena. (AMARAL, 2015, p. 10)

Ficou evidenciado que imperava na instituição observada uma valorização da branquitude normativa, que se expressa de diferentes formas: na organização dos ambientes, nas apreciações em relação à beleza estética, na predileção pelas crianças brancas etc.

Ainda na 37ª Reunião, foram selecionados outros dois trabalhos no GT 21: “Relações raciais entre crianças na cidade de São Paulo: as pesquisas do projeto UNESCO” (CRUZ, 2015) e “O que ‘dizem’ as crianças no contexto das políticas de ações afirmativas?” (VANZUITA, 2015). A primeira apresenta e discute a incursão teórica das pesquisas sobre criança e infância realizadas sob os auspícios do Projeto UNESCO sobre as relações raciais, desenvolvido na cidade de São Paulo, sendo o estudo feito a partir de documentos recolhidos no Fundo Florestan Fernandes que, somados a uma metodologia genealógica, estabelecem uma cartografia da pesquisa sociológica e histórica sobre as crianças e suas infâncias (CRUZ, 2015, p. 1). Neste trabalho, não foi encontrada menção ao

termo “bebês” ou “crianças bem pequenas”, sendo os termos “crianças” e “infância” utilizados de maneira geral, sem especificação de faixas etárias.

Já a segunda (VANZUITA, 2015) discute relações e interações entre crianças em momentos de observação participativa, tendo como objetivo analisar práticas pedagógicas em uma instituição de Educação Infantil, com atendimento a crianças de 0 a 5 anos, partindo das orientações da implementação da Lei 10.639/03, bem como busca compreender se essas ações refletem, em alguma medida, modificações nessas relações. Os grupos etários observados compunham-se de crianças entre 3 e 6 anos de idade, ou seja, para a coleta de dados, optou-se pelas crianças com maior idade, não sendo citados os bebês. A autora conclui pela existência de posturas preconceituosas nas instituições de Educação Infantil, afirmando a necessidade de discussões no sentido de superar também a “ideologia de branqueamento preconizada no Brasil” (VANZUITA, 2015, p. 13-14).

Por fim, na 38ª Reunião Anual da ANPEd, realizada em 2017, foram selecionados três trabalhos, sendo um deles do GT 07 – “Que cor é a minha cor? A autoidentificação racial das crianças na Educação Infantil” (SILVA, 2017) – e outros dois no GT 21: “Educação das relações étnico-raciais e políticas de formação continuada de professores/as da educação infantil: experiências de Florianópolis/SC” (CARVALHO, 2017) e ““Aquela preta não é minha amiga!”: interações e socialização de crianças haitianas nas escolas de educação infantil em Sinop/MT” (ALEXANDRE, 2017).

A primeira delas objetivou observar, após a implementação da Lei nº 10.639/03, como as crianças fazem a sua identificação racial num contexto escolar que as incentiva à reeducação das relações étnico-raciais. As crianças contempladas nesta pesquisa possuem entre 4 e 5 anos de idade e foram convidadas a desenharem seu autorretrato e, a partir dele, expressassem a sua cor. O texto menciona o termo “bebês e crianças bem pequenas” em uma citação e os dados coletados junto às crianças corroboram com a ideia de que as experiências vividas na Educação Infantil são determinantes para a construção da identidade e autoimagem por parte das crianças.

[...] destacamos que as crianças e brancas desejam ainda possuir mais traços que as caracterizem como crianças e brancas. As crianças, que integrariam a categoria dos pardos, utilizaram um verdadeiro degradê

para se autoidentificarem, comprovando a dificuldade do que é se definir como pardo no Brasil. Elas também evidenciaram o desejo de possuir traços mais ligados ao fenótipo branco. Destarte, é preciso reconhecer e fortalecer a compreensão de que as crianças que se autoidentificam como marrons, marronzinhas, caramelos, também são crianças e negras, e que essa identidade precisa de referências que as ajudem a compor o entendimento desse lugar de criança e parda, como de também criança e negra. (SILVA, 2017, p. 14-15)

A segunda pesquisa selecionada (CARVALHO, 2017), no GT 21, aborda contexto de criação da política de promoção da igualdade racial, por meio da oferta de formação continuada para as profissionais da Educação Infantil no município de Florianópolis/SC, considerando que a educação das relações étnico-raciais e a promoção da igualdade racial não estão sendo silenciadas. Devido à temática do trabalho, o termo “bebês e crianças bem pequenas” não aparece, sendo a formação continuada dos professores de Educação Infantil, de modo geral, o foco da pesquisa.

O último trabalho (ALEXANDRE, 2017) traz à tona, com base na Sociologia da Infância, a discussão sobre a inserção das crianças haitianas nas instituições educacionais da cidade de Sinop (Mato Grosso) e analisa como as escolas recebem e percebem essas crianças. A investigação caracterizou-se como qualitativa com desenho etnográfico, com dados obtidos por meio de entrevistas e observações, sendo os sujeitos da pesquisa as crianças haitianas, pais, professores e gestoras.

As crianças haitianas que frequentam a Educação Infantil e participaram da pesquisa citada possuíam entre 3 e 4 anos de idade. A autora concluiu que na escola de “Educação Infantil as crianças ainda estranham e têm preconceito racial contra as crianças negras que têm a pele mais escura e cabelos crespos”, mas infere que “esse preconceito não é rígido e fixo podendo ser reelaborado e transformado em sentimentos diferentes” (ALEXANDRE, 2017, p. 14).

Em conclusão ao levantamento apresentando, cabe citar que em nove reuniões (2001 a 2004 e 2005 a 2010) não foram encontrados trabalhos que se propusessem a articular as discussões étnico-raciais à Educação Infantil. Do mesmo modo, mais da metade das pesquisas selecionadas foram apresentadas nas duas últimas reuniões com anais de trabalhos disponíveis no período da coleta (2015 e 2017). Finalmente, destaca-se a fragilidade e marginalidade do tema, ao passo que as crianças menores de 3 anos foram

visibilizadas em apenas duas amostras e somente uma cita o termo “bebês” de maneira explícita.

As creches e as pedagogias para a educação e o cuidado da pequena infância em espaços de educação coletiva ainda são processos novos e pouco valorizados socialmente, pois incorporam o baixo valor social que os bebês, as crianças bem pequenas e as mulheres têm nas sociedades ocidentais. Se pensarmos do ponto de vista de uma economia de mercado, os bebês e as crianças pequenas são seres improdutivos para o sistema, pois além de não produzirem diretamente riquezas, exigem investimentos e atenção de outros sujeitos, especialmente das mulheres, que poderiam ser úteis em outras ocupações. (GOBBATO; BARBOSA, 2017, p. 27)

Os dados revelam a complexa realidade na qual os bebês e crianças bem pequenas – bem como suas professoras e o cotidiano vivenciados por ambos na Educação Infantil – permanecem à margem, mesmo no contexto da Educação Infantil.

Considerações finais

O levantamento aqui realizado corrobora a ideia da escassez de investigações que tenham como foco os bebês e as crianças bem pequenas, sendo esta uma realidade não apenas na temática das relações étnico-raciais. Isso se deve a inúmeros fatores: o histórico da própria Educação Infantil, a falta de valorização do trabalho desenvolvido nas instituições infantis e dos profissionais que nela atuam, da ideia estereotipada e precarizada ainda presente na sociedade de que, na creche, os bebês “só brincam” e que para esse trabalho não se faz necessária formação específica; da falta de formação específica para essa atuação, de conhecimentos singulares e profissionalização para o cuidado e educação de crianças nessa faixa, falta de políticas públicas e investimentos, dentre outros.

Outro aspecto que pareceu determinante foi a dificuldade em desenvolver pesquisas que assumam a “voz” de crianças ainda tão pequenas e que se colocam no mundo e com o outro de formas muitas vezes não convencionais, principalmente no que diz respeito à comunicação e expressão. As crianças maiores, que já dominam a fala e são capazes de produzir materiais que os adultos podem interpretar com maior facilidade (desenhos, por exemplo), continuam sendo privilegiadas nas pesquisas na Educação

Infantil, sobre os mais diferentes temas, e com a educação das relações étnico-raciais não parece ser diferente. Diante disso, os bebês e crianças bem pequenas permanecem invisibilizados nessas discussões.

Essa invisibilidade se torna ainda mais perversa ao contribuir também com a inferiorização desses sujeitos, de suas professoras e das experiências vivenciadas na creche, muitas vezes entendidas como menos importantes ou como mera recreação. A falta de pesquisas implica também na dificuldade em promover repertórios e práticas qualificadas em relação à educação étnico-racial nesse contexto. Da mesma forma, o conhecimento e a discussão sobre esses temas não alcançam a creche e os profissionais que atuam no segmento.

Dessa maneira, faz-se primordial que as pesquisas coloquem foco nesse contexto e possibilitem a compreensão de aspectos que garantam a reflexão sobre os bebês e crianças bem pequenas em sua integralidade, respeitando-os e valorizando-os em suas múltiplas dimensões, dentre elas, a étnico-racial, discutindo e ampliando conhecimento sobre o modo como as crianças de até 3 anos, brancas e negras, têm construído suas identidades étnico-raciais e qual o papel da Educação Infantil nesse processo. Ainda existem muitos desafios a serem superados, em diferentes âmbitos: políticas públicas, investimentos, acervos, materiais, espaços, tempos, formação inicial e continuada, além de um intenso processo de construção de novas formas de se relacionar e compreender o outro nas relações estabelecidas na Educação Infantil.

Assim, é necessário assumir que os conflitos raciais estão presentes e evidentes na sociedade e também no cotidiano das creches, na relação entre as crianças e entre elas e os adultos, de forma objetiva e subjetiva. Desse modo, será possível a construção de conhecimentos e práticas educativas que contemplem a educação para a igualdade étnico-racial ao longo de toda a Educação Infantil, contribuindo na superação da produção e reprodução do racismo na escola. Para tal, é premissa assumir os bebês e crianças bem pequenas como sujeitos sociais competentes, buscando dar conta da tarefa de criar formas e estratégias de aproximação e entendimento de seus modos de ser, agir, viver, comunicar, pensar e se relacionar, deixando de privilegiar apenas procedimentos e instrumentos de coleta de dados nos quais as crianças nessa faixa etária não se encaixam, permanecendo, assim, invisibilizadas.

Referências

- ALEXANDRE, Ivone Jesus. “Aquela preta não é minha amiga!”: interações e socialização de crianças haitianas nas escolas de educação infantil em Sinop/MT. *In: REUNIÃO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO*, 38, 2017, São Luís. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: ANPEd, 2017. Disponível em: http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos/trabalho_38anped_2017_GT21_1298.pdf. Acesso em: 01 jun. 2020. p. 01-18.
- AMARAL, Arleandra Cristina Talin. Infância pequena e a construção da identidade étnico-racial na educação infantil. *In: REUNIÃO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO*, 37., 2015, Florianópolis. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: ANPEd, 2015. p. 01-18. Disponível em: <http://www.anped.org.br/sites/default/files/trabalho-gt07-4223.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2020.
- ARAÚJO, Débora Cristina de. O que já disseram a respeito da diversidade étnico-racial no programa nacional de biblioteca da escola (PNBE)? Um estudo em andamento. *In: REUNIÃO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO*, 36., 2013, Goiânia. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: Anped, 2013. p. 01-16. Disponível em: http://www.anped.org.br/sites/default/files/gt21_2670_texto.pdf. Acesso em: 01 jun. 2020.
- ANPED. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Sobre a ANPEd. *In: ANPED*, [S.l.], 20 abr. 2020. Disponível em: <http://www.anped.org.br/sobre-anped>. Acesso em: 01 jun. 2020.
- BRASIL. **Lei nº. 10.639**. Alteração da Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Brasília: [s.n.], 9 jan. 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 01 jun. 2020.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Casa Civil, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 01 jun. 2020.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP nº. 03**. [Brasília, DF: MEC], 10 mar. 2004.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil**. Brasília, DF: [MEC], 2010.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: [MEC] 2017.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Casa Civil, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/l9394.htm. Acesso em: 01 jun. 2020.

CARVALHO, Thaís Regina de. Educação das relações étnico-raciais e políticas de formação continuada de professores/as da educação infantil: experiências de Florianópolis/SC. In: REUNIÃO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO, 38., 2017, São Luís. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: ANPEd, 2017. p. 01-18. Disponível em: http://38reuniao.anped.org.br/sites/default/files/resources/programacao/trabalho_38anped_2017_GT21_219.pdf. Acesso em: 01 jun. 2020.

CRUZ, Ana Cristina Juvenal. Relações raciais entre crianças na cidade de São Paulo: as pesquisas do projeto UNESCO. In: REUNIÃO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO. 37., 2015, Florianópolis. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: ANPEd, 2015. p. 01-18. Disponível em: <http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT21-4172.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2020.

CRUZ, Silvia Helena Vieira. Considerações acerca da discriminação étnico-racial em crianças pequenas. In: REUNIÃO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO, 37., 2015, Florianópolis. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: ANPEd, 2015. p. 01-17. Disponível em: <http://www.anped.org.br/sites/default/files/trabalho-gt07-4024.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2020.

FINCO, Daniela; GOBBI, Marcia Aparecida; FARIA, Ana Lúcia Goulart de (org.). **Creche e feminismo: desafios atuais para uma educação descolonizadora**. Campinas: Edições Leitura Crítica; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2015.

GAUDIO, Eduarda Souza. Dimensão étnico-racial na educação infantil: um olhar sobre a perspectiva das crianças. In: REUNIÃO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO, 37., 2015, Florianópolis. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: ANPEd, 2015. p. 01-16. Disponível em: <http://www.anped.org.br/sobre-anped>. Acesso em: 01 jun. 2020.

GOBBATO, Carolina. BARBOSA, Maria Carmen Silveira. A (dupla) invisibilidade dos bebês e das crianças bem pequenas na educação infantil: tão perto, tão longe. **Revista Humanidades e Inovação**, Palmas, v. 4, n. 1, p. 21-36, 2017.

KUHLMANN JR., Moysés. Histórias da educação infantil brasileira. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n.14, p. 5-18, 2000. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=27501402>. Acesso em: 05 jul. 2019.

LIMA, Maria Batista. Identidades e diversidade no cotidiano escolar: o lugar afro-brasileiro. In: REUNIÃO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO, 34., 2011, Natal. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: ANPEd, 2011. p. 01-01. Disponível em: <http://34reuniao.anped.org.br/images/trabalhos/GT21/GT21-1225%20res.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2020.

MARQUES, Eugenia Portela de Siqueira; BOLSON, Hildete da Silva Pereira; MORAES, Wanilda Coelho Soares de. Educação para as relações étnico raciais e a formação de professores: as experiências de intervenção no Mato Grosso do Sul. In: REUNIÃO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO, 35., 2012, Porto de Galinhas. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: ANPEd, 2012. p. 01-17. Disponível em:

http://35reuniao.anped.org.br/images/stories/trabalhos/GT21%20Trabalhos/GT21-2224_int.pdf . Acesso em: 01 jun. 2020.

PELIZON, Marina Helena. **Formação em educação infantil: zero a três anos**. São Paulo: Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, 2014.

REIS, Gabriela Alves de Souza Vasconcelos dos; OSTETTO, Luciana Esmeralda. Compartilhar, estudar, ampliar olhares: narrativas docentes sobre formação continuada. **Educação E Pesquisa**, São Paulo, v. 44, p. 01-18, 2018.

SALVADOR, Ângelo Domingos. **Métodos e técnicas de pesquisa bibliográfica**. Porto Alegre: Sulina, 1986.

SILVA JÚNIOR., Hédio; BENTO, Maria Aparecida Silva; CARVALHO, Sílvia Pereira. **Educação infantil e práticas promotoras de igualdade racial**. São Paulo: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades: CEERT: Instituto Avisa Lá, Formação Continuada de Educadores, 2012. Disponível em: https://www.avisala.org.br/wp-content/uploads/2015/06/revistadeeducacaoinfantil_2012.pdf. Acesso em: 01 jun. 2020.

SILVA, Tarcia Regina da Silva. Que cor é a minha cor? A autoidentificação racial das crianças na educação infantil. In: REUNIÃO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO, 38., 2017, São Luís. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: ANPEd, 2017. p. 01-17. Disponível em: http://38reuniao.anped.org.br/sites/default/files/resources/programacao/trabalho_38anped_2017_GT07_638.pdf . Acesso em: 01 jun. 2020.

SILVA, Vera Lúcia Neri da. As interações sociais e a formação da identidade da criança negra. In: REUNIÃO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO, 27, 2004, Caxambu. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: ANPEd, 2004. p. 01-19. Disponível em: <http://www.anped.org.br/biblioteca/item/interacoes-sociais-e-formacao-da-identidade-da-crianca-negra>. Acesso em: 01 jun. 2020.

SOARES, Lucineide Nunes; SILVA, Santuza Amorim da. Relações étnico-raciais e educação infantil: ouvindo crianças e adultos. In: REUNIÃO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO, 36., 2013, Goiânia. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: ANPEd, 2013. p. 01-12. Disponível em: https://www.anped.org.br/sites/default/files/gt21_3271_texto.pdf . Acesso em: 01 jun. 2020.

SOUZA, Maria Elena Viana Souza. Considerações sobre a (não)implementação da lei 10.639/03 em Escolas públicas do município do Rio de Janeiro. In: REUNIÃO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO, 34., 2011, Natal. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: ANPEd, 2011. p. 01-16.

VANZUITA, Simone. O que “dizem” as crianças no contexto das políticas de ações afirmativas? In: REUNIÃO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO, 37., 2015, Florianópolis. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: ANPEd, 2015. p. 01-15. Disponível em:

<http://www.anped.org.br/sites/default/files/trabalho-gt21-4452.pdf> . Acesso em: 01 jun. 2020.

VASCONCELOS, Fátima. Bonecas: objeto de conflito identitário na arena da dominação cultural. In: REUNIÃO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO, 27., 2004, Caxambu. **Anais** [...]. Rio de Janeiro: ANPEd, 2004. p. 01-17. Disponível em: <http://www.anped.org.br/sites/default/files/to74.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2020

Recebido em: 12/11/2020

Revisões requeridas em: 11/07/2022

Aprovado em: 22/07/2022

Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC

Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE

Revista Linhas

Volume 23 - Número 53 - Ano 2022

revistalinhas@gmail.com